

## MAPEANDO A DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NO ESPAÇO INTRA-URBANO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP<sup>1</sup>.

Everaldo Santos Melazzo<sup>2</sup>

Júlio Ferreira<sup>3</sup>

Vitor Miyazaki<sup>4</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

O acesso à renda, em que pese não ser o único determinante na produção de processos de exclusão/inclusão social, sem dúvida é um fator determinante para sua caracterização. Assim, conhecer o perfil da distribuição da renda em uma dada sociedade é um passo importante na discussão das desigualdades, objeto de estudo do SIMESPP - Sistema de Informação e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas.

Coerentes com opção metodológica de procurar revelar os espaços das desigualdades, procura-se ir além da sistematização dos dados censitários para o conjunto do município de Presidente Prudente - SP, construindo os indicadores necessários para uma análise no nível intra-urbano.

Assim, este relatório pretende problematizar alguns aspectos do processo de distribuição da renda no interior do espaço urbano da cidade de Presidente Prudente – SP, a partir dos resultados de rendimentos de chefes de domicílio observados nos Censos Demográficos do IBGE nos anos de 1991 e 2000. Argumenta-se que, em que pesem dificuldades metodológicas para o tratamento de dados de rendimento a partir da fonte utilizada e de que restringir a análise das desigualdades e da exclusão social apenas a partir da variável renda é claramente insuficiente, os dados analisados indicam um processo de diferenciação entre as áreas urbanas que se amplia no período, bem como a ocorrência de processos que indicam setores que se homogeneizam em relação à variável analisada, enquanto outros setores se diferenciam internamente. Tais resultados, não triviais, podem ser potencializados quando contrastados com resultados de outras investigações em andamento no âmbito do SIMESPP.

Inicialmente, no item 2, é apresentada uma discussão de escopo teórico a respeito da articulação entre a distribuição da renda e o conceito de exclusão social. Argumenta-se

---

<sup>1</sup> Este relatório foi produzido a partir do projeto PROEX de mesmo nome, contando com uma bolsa para aluno.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Planejamento. (melazzo@prudente.unesp.br)

<sup>3</sup> Aluno do Curso de Graduação em Geografia. (ju.c.ferreira@bol.com.br)

<sup>4</sup> Aluno do Curso de Graduação em Geografia. (vitor@estudante.prudente.unesp.br)

que, em que pese o reconhecimento do fato de que apenas a variável renda seja insuficiente para caracterizar situações de exclusão social, trata-se de indicador relevante quando se lida com uma realidade como a brasileira, marcada pela permanência histórica de alta concentração da renda.

Em seguida (item 3) são apresentadas, na forma de observações metodológicas, algumas informações a respeito do tratamento dispensado aos dados de rendimentos de chefes de domicílio, obtidos junto ao Censo IBGE de 1991 e 2000. Mesmo com dificuldades em se estabelecer parâmetros de comparação entre os anos citados, o esforço de mapeá-los segundo recortes territoriais disponíveis e dada a diversidade de caminhos possíveis para organizar e construir indicadores, trata-se de uma fonte de dados capaz de revelar as desigualdades intra-urbanas, tal como será explicitado.

O item 4 descreve quatro mapas que facilitam o entendimento de alguns processos presentes no interior do espaço urbano de Presidente Prudente, quais sejam um aumento da diferenciação de áreas e setores e a ampliação das desigualdades intra-urbanas. A partir de dados sobre as rendas médias de chefes de domicílio e da renda mediana, nos anos de 1991 e 2000, é possível extrair algumas considerações que apontam para o aumento da segregação espacial.

Por fim, alerta-se o leitor, mais uma vez, que este texto apenas restringe-se a apresentar os resultados empíricos obtidos ao se lidar com a renda média e mediana de chefes de domicílio, desagregadas por setores urbanos. Vários são os nexos necessários a serem acionados para uma análise dos processos subjacentes às questões apontadas, particularmente aqueles relacionados ao próprio processo de produção do espaço urbano e à dinâmica da manutenção e/ou produção de situações de exclusão social. Tais investigações, em andamento no âmbito do SIMESPP, com certeza elucidarão e refinarão várias das precárias considerações realizadas no presente trabalho.

## 2. A PROPÓSITO DA EXCLUSÃO SOCIAL

A discussão teórica a respeito do conceito de exclusão social, em que pese ser recente, em muito tem insistido em seu caráter multidimensional (COSTA, 2001; ESCOREL, 1999 dentre outros). Assim, ao contrário de avaliações sobre a miséria e a pobreza, a exclusão social não se restringe apenas às carências materiais e/ou monetárias de uma dada população. Na verdade, enquanto pobreza e miséria têm sido associados na literatura com a ausência, precariedade ou intermitência de rendimentos monetários estáveis (ROCHA, 2000 e HENRIQUES, 2000) a exclusão remete à análise das articulações entre diferentes oportunidades de acesso a escolaridade, saúde, habitação, emprego, participação política etc., ou ainda à vulnerabilidade e ao risco a que estão submetidas parcelas da sociedade que a estes bens/serviços não teriam acesso.

Assim, a exclusão social somente pode ser caracterizada a partir de um conceito que considere as múltiplas facetas das situações que levam indivíduos, famílias e grupos sociais à precariedade de suas condições de existência (GUIMARÃES, 2002).

Neste sentido, seu conteúdo teórico não pode prescindir de exaustivas investigações empíricas que joguem luz sobre a realidade concreta, uma vez que é facilmente perceptível a diversidade de tais situações de exclusão. Apenas a título de ilustração, podem ser acionados exemplos de indivíduos excluídos do mercado de trabalho por situações de desemprego provocado por inovações tecnológicas ou aqueles excluídos pela baixa escolaridade; famílias nas quais a ausência de rendimentos estáveis pode ser compensada pelo trabalho informal e aquelas em que tal possibilidade é menor, ou ainda grupos sociais específicos como deficientes ou menores que vivem nas ruas (MELAZZO, 2002).

A construção do conceito de exclusão social remete, portanto, à necessidade de tomá-lo em sentido relacional. Ou seja, trata-se de um conceito que procura caracterizar situações de precariedade e vulnerabilidade a partir da articulação de situações problema, sendo difícil (senão impossível) determinar situações absolutas de inclusão ou exclusão total. É da sobreposição de carências, riscos, vulnerabilidades que se torna possível caracterizar e problematizar a exclusão social. Assim, podemos nos referir à cumulatividade de "situações-problema" como motor do processo de exclusão.

Porém, mesmo considerando-se o caráter multidimensional e relacional da exclusão social, não há como se desconsiderar que em uma sociedade capitalista o acesso aos bens de consumo individuais e mesmo a vários bens de uso coletivo se dá através do mercado. Ou seja, a satisfação de necessidades e desejos deve ser mediada pela aquisição de mercadorias que, em assumindo preços de mercado, exigem para seu acesso, a mediação da renda monetária.

Desta forma, em que pesem todos os cuidados necessários para que não ocorra uma redução da exclusão a seus componentes econômicos, faz-se necessária a análise da variável renda como componente relevante na configuração de processos de exclusão social. Isso se torna possível quando a abordagem ressalta a desigualdade de sua distribuição, isto é, o fato de que grandes volumes de renda se concentram nas mãos de pequena parcela da sociedade, sendo que a pobreza ou a miséria (tomadas como insuficiência ou ausência de renda) são características de segmentos excluídos da sociedade.

Se o centro da discussão é, então, a desigualdade de rendimentos que opera a clivagem social, para os propósitos em mãos não é possível desconsiderar que estes processos sociais de diferenciação podem também ser observados a partir do lugar em que ocorrem. Mais que uma localização onde se situam indivíduos/famílias de acordo com seu nível de renda, o lugar de cada um dentro da cidade é determinado pela possibilidade de acesso e permanência à terra urbana e à habitação, por um lado. Por outro, é certo também que o lugar de cada um acaba por interferir direta e indiretamente sobre o acesso aos bens públicos em particular e às oportunidades e possibilidades geradas em uma dada sociedade.

### 3. A PROPÓSITO DOS DADOS EMPÍRICOS

Lidar com fontes, dados e informações a respeito da distribuição da renda não é tarefa fácil e corriqueira. Mesmo os analistas brasileiros que mais têm se dedicado ao assunto, como HOFFMANN (1998), apontam para a precariedade dos dados, seus limites no que se refere aos grupos sociais atingidos (em geral apenas ao mercado formal) e também no que se refere à não sistematicidade de coleta de dados por parte de agências oficiais. Caso típico é o da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio que, em que pese sua periodicidade e a riqueza dos dados coletados, todo o esforço acaba por ser restrito na medida em que apenas regiões metropolitanas são pesquisadas.

Os censos demográficos, por sua vez, abarcam todo o território nacional, o que permite diferentes comparações. Além disto, há ainda a possibilidade de se lidar com os dados de maneira desagregada, tal como por setor censitário. Porém, dada a periodicidade decenal e os corriqueiros atrasos de divulgação dos resultados, trabalha-se sempre com defasagens temporais, sem contar que quanto mais desagregado territorialmente, mais difícil é o acesso aos dados.

Para além destas questões, há que se registrar ainda os já conhecidos problemas de sub-declaração de rendimentos à medida em que se avança em classes de renda mais elevadas e, por vezes, também declarações a maior em classes de menor renda.

Em que pesem tais observações, neste trabalho são utilizados os dados censitários de rendas mensais dos chefes de família ou responsáveis por domicílio, expressas em salários mínimos de cada momento considerado, ou seja, 1991 e 2000. Para se organizar e utilizar as informações censitárias, foi necessário proceder à transformação dos dados do censo de 1991, que se encontravam em valores nominais, utilizando-se o salário mínimo da época da coleta dos dados.

Outra importante questão do ponto de vista metodológico é a possibilidade de se trabalhar com os dados desagregados para análises na escala intra-urbana. Como é sabido, o IBGE utiliza-se do setor censitário como área de coleta dos dados, quando do momento do Censo. Porém, o acesso mais amplo aos dados de acordo com os setores censitários só foi iniciado a partir do Censo 2000. Mesmo com o acesso aos dados por setor censitário para o ano de 1991, interpunha-se ainda a dificuldade de que são comuns mudanças nos setores entre um censo e outro, obrigando à busca de recortes territoriais que permitissem gerar uma base comum para a comparação.

No caso em questão, foi possível trabalhar com dados desagregados territorialmente, graças ao fato de Presidente Prudente contar com lei municipal que, ao dividir sua área urbana em setores e unidades espaciais de planejamento, possibilitou que o IBGE

organizasse e divulgasse seus dados de acordo com estes recortes. Assim, a cidade encontra-se dividida em 8 unidades espaciais de planejamento que se desdobram em 25 setores. Estes por sua vez são formados a partir da junção de determinados setores censitários.

Partindo-se destes 25 setores já utilizados no Censo de 2000, foi realizado todo o trabalho de se adequar os dados de 1991 (então por setores censitários) aos mesmos recortes territoriais. Somente assim, foi possível realizar uma comparação entre os dois momentos, mesmo que o processo de adequação tenha imposto uma pequena perda de dados em 1991, na medida em que não é possível sobrepor ambas as bases digitais com precisão completa, uma vez que os setores censitários de 1991 não correspondem perfeitamente aos setores de 2000.

Por fim, optou-se aqui por trabalhar com as rendas média e mediana por setor. A renda média é aqui entendida como o resultado da soma da renda dos chefes de domicílio dividida pelo total de chefes. A renda mediana, por sua vez, é o valor limite entre a metade de chefes (os 50% da parte inferior da pirâmide) que ganham menos e a metade que ganha mais (os 50% da parte de cima da pirâmide). Assim, a utilização da mediana e sua comparação com a média qualifica a análise na medida em que permite visualizar a desigualdade na distribuição da renda uma vez que é possível medir a diferença entre a renda média e aquela renda que representa o máximo de ganho monetário para metade dos chefes em um dado setor.

Assim, a título de exemplo, a renda média, em 2000, na área urbana de Presidente Prudente alcança o valor de R\$ 1.089,00, enquanto a renda mediana, R\$ 500,00. A diferença presente nestas duas medidas acabam por revelar uma primeira faceta da desigualdade: a metade dos chefes de família (cujas rendas atingem no máximo R\$ 500,00) auferem uma renda 54% inferior à média dos rendimentos na cidade<sup>5</sup>. Ou seja, a parte inferior da pirâmide de renda sequer alcança metade da renda média da cidade como um todo.

---

<sup>5</sup> Não seria demais lembrar que a diferença entre médias e medianas de rendimentos de chefes de família alcança 47% na cidade de São Paulo e 48% na cidade do Rio de Janeiro. (Folha de São Paulo, 1/4/2002, p.C1)

#### 4. ALGUNS RESULTADOS EMPÍRICOS

Como pode ser observado a partir do Mapa 1, a seguir, em 1991 é facilmente observável um padrão de concentração das mais altas rendas no setores centrais, diminuindo em direção aos setores periféricos.

Enquanto as áreas em branco, onde predominam as rendas médias entre 5 e 10 salários mínimos, ocupam toda a porção central do mapa, as demais classes de renda são observadas nos setores localizados a leste, norte e sudoeste. Este “cinturão” de mais baixas rendas não se fecha apenas na área que se estende ao sul. Por sua vez, a menor classe de renda, de até dois salários mínimos, restringe-se a apenas uma área que corresponde ao bairro conhecido como Vila Nova Prudente, localizado na porção sudeste da área urbana.

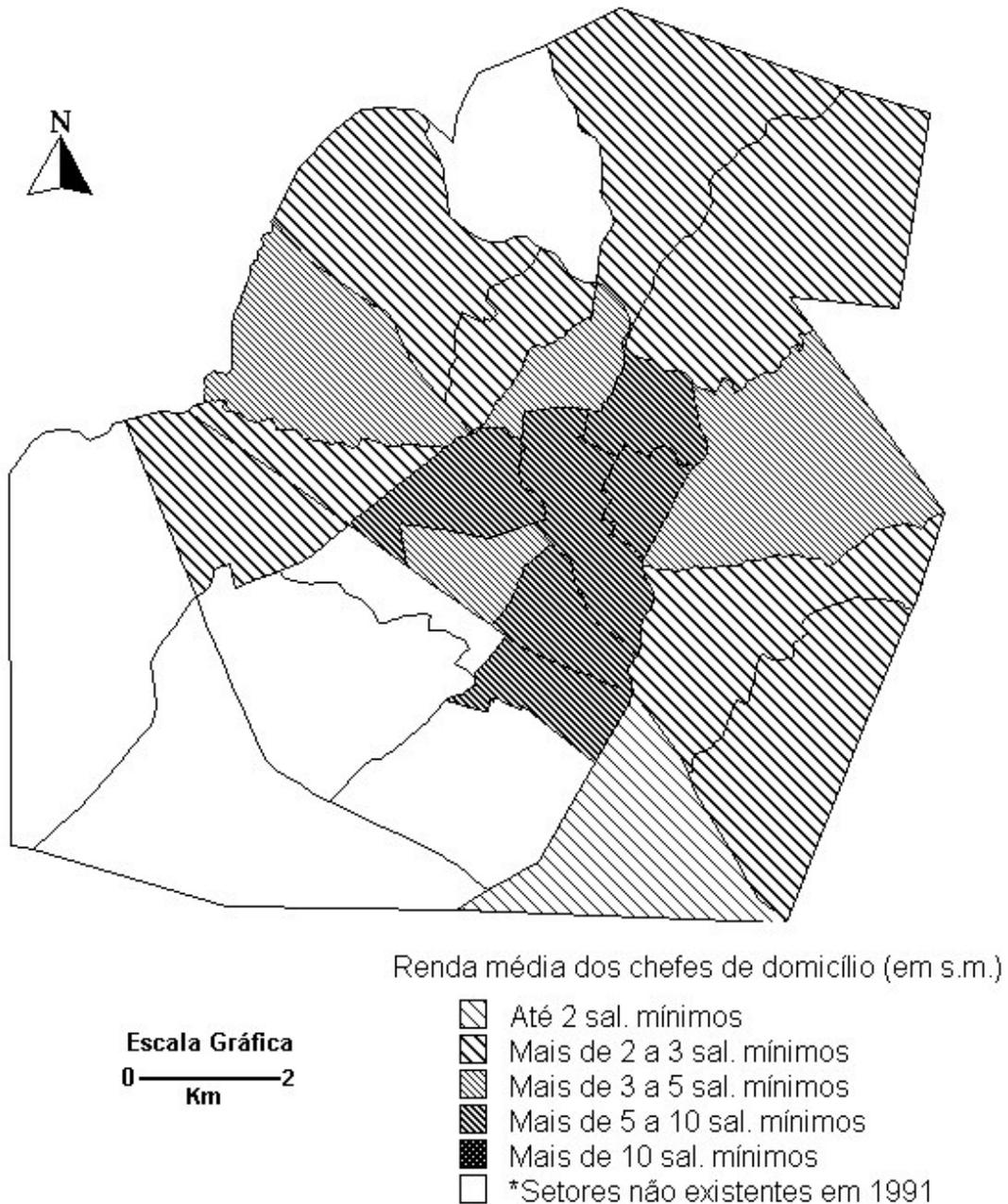
Assim, encontra-se configurado um padrão de distribuição territorial no qual se reservam os espaços centrais para as classes de mais altas rendas e as periferias urbanas para as classes de menor rendimento, mesmo sabendo-se, como será visto a seguir, que tal distribuição não é homogênea.

Em 2000, conforme o Mapa 2, mantém-se estas linhas estruturais de distribuição da população, segundo seus rendimentos. Porém, ampliam-se as classes de renda, significando que, para além de mudanças de metodologia de coleta de dados do IBGE, ocorreu também uma maior diferenciação nos rendimentos de chefes de domicílios e, portanto, uma maior diferenciação tanto social quanto do ponto de vista de suas localizações.

As classes de maiores rendimentos continuam ocupando os setores centrais da cidade. Porém, observa-se o aparecimento de uma classe superior de renda média, entre 10 e 30 salários mínimos localizada em dois setores espacialmente distintos, melhor delimitados e localizados no entorno imediato do centro historicamente reconhecido como área de surgimento da cidade e nos setores ao sul, correspondendo os setores preferencialmente escolhidos na década dos 90 para a localização dos denominados “condomínios fechados”. O crescimento deste tipo de loteamento, sem dúvida, acabou por provocar uma concentração espacial das classes de maiores rendas no seu interior, redistribuindo as famílias de acordo com suas rendas no interior do espaço urbano, requalificando o próprio conceito de periferia como área unicamente destinada às classes de menores rendimentos.

Na direção oposta, ou seja, as áreas onde se localizam as menores renda médias também assumiram um lugar mais preciso e delimitado na cidade, ou seja, o extremo norte,

**Mapa 1** – Renda média do chefe de domicílio por setores - 1991



Fonte: Censo IBGE 1991

Organizadores: Everaldo Melazzo, Júlio Ferreira e Vitor Miyazaki

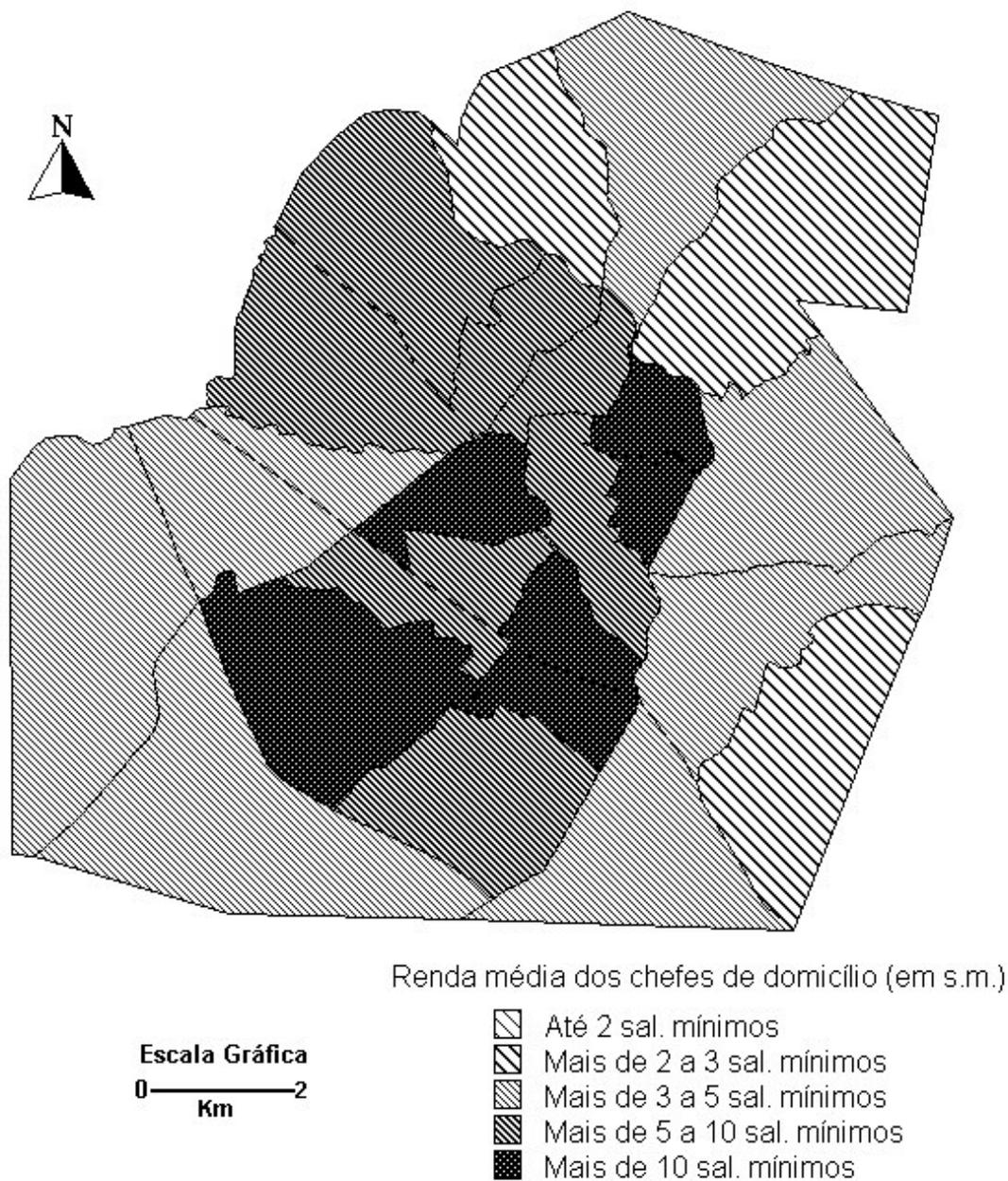
SIMESPP "Sistema de Informação e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas"

Presidente Prudente, fevereiro de 2003

simespp@prudente.unesp.br

<http://www.prudente.unesp.br/simespp.htm>

**Mapa 2 – Renda média do chefe de domicílio por setores - 2000**



Fonte: Censo IBGE 2000

Organizadores: Everaldo Melazzo, Júlio Ferreira e Vitor Miyazaki

SIMESPP "Sistema de Informação e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas"

Presidente Prudente, fevereiro de 2003

simespp@prudente.unesp.br

<http://www.prudente.unesp.br/simespp.htm>

onde se localizam os conjuntos habitacionais populares, produzidos a partir de “programas de desfavelamento”<sup>6</sup>.

Esta configuração possibilita recuperar os nexos que levaram ao aumento das diferenças e das desigualdades intra-urbanas no que se refere à localização das famílias, sugerindo um processo de diferenciação social que encontra no espaço urbano uma ampliação dos processos de segregação espacial.<sup>7</sup> Ou seja, a complexificação do espaço social corresponde a ampliação das desigualdades espaciais.

Esta realidade ganha contornos mais precisos quando se adiciona à análise uma medida que tenta auferir o grau de diferenciação interna a cada setor. No caso, optou-se por um indicador simples que quantifica, em percentual, a diferença entre a renda média e a renda mediana. Ou seja, para cada ano sob análise e para cada setor urbano foram calculados os percentuais da renda mediana (aquela renda que divide a pirâmide em duas partes iguais, 50% acima e 50% abaixo do valor) em relação à renda média.

Se a renda média e a mediana fossem exatamente iguais ou muito próximas, a renda seria bem distribuída entre os responsáveis pelos domicílios. Assim, quanto maior o índice em percentual, menor será a desigualdade na distribuição da renda, já que nessa situação, a diferença entre renda média e mediana será menor.

O Mapa 3, a seguir, apresenta os percentuais da representatividade da renda mediana em relação à renda média para o ano de 1991, sendo que é possível observar no setor central e nos setores localizados no extremo sudeste as menores diferenças. Tais setores se configuram, assim, apresentando maior homogeneidade interna. Isto é, as rendas da metade dos chefes que se encontram do meio para baixo da pirâmide se aproximam das rendas médias. As diferenças são maiores (índice entre 50% e 65%) nas áreas mais externas ao centro imediato.

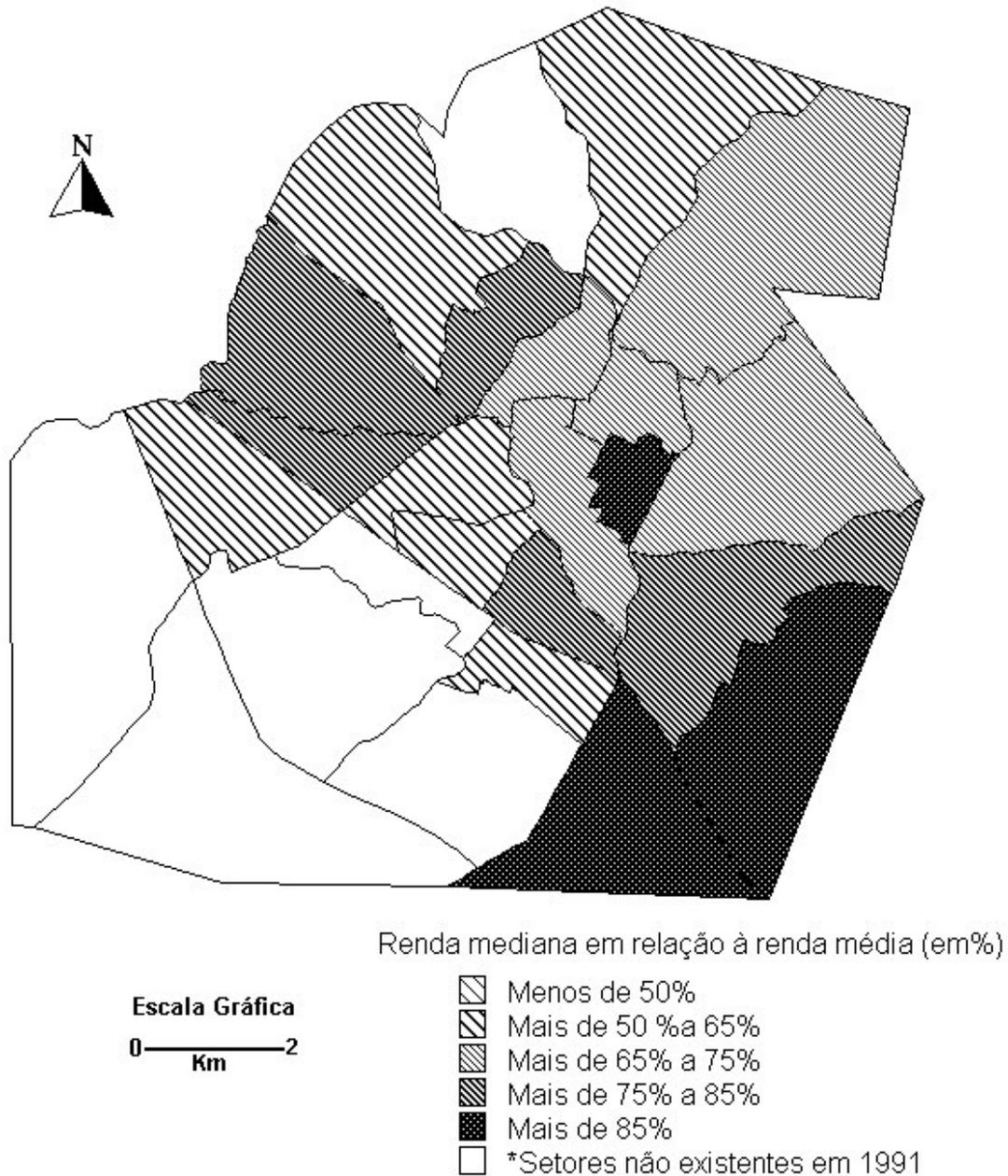
Relembrando os dados das rendas médias para o mesmo ano (1991) nota-se que, seja em relação a setores de rendas altas, seja de rendas mais baixas, ocorrem situações de desigualdade interna.

---

<sup>6</sup> Nos vários artigos organizados e publicados por SPOSITO (2001) o leitor encontrará análises sobre diferentes aspectos da produção do espaço urbano de Presidente Prudente.

<sup>7</sup> Recomenda-se ao leitor a extensa bibliografia já produzida sobre os processos de produção urbano de Presidente Prudente, compilada e organizada por Rose Maria do Nascimento e José Edivaldo Ananias em Sposito, 2001.

**Mapa 3** – Renda mediana em relação à renda média - 1991 (em%)



Fonte: Censo IBGE 1991

Organizadores: Everaldo Melazzo, Júlio Ferreira e Vitor Miyazaki

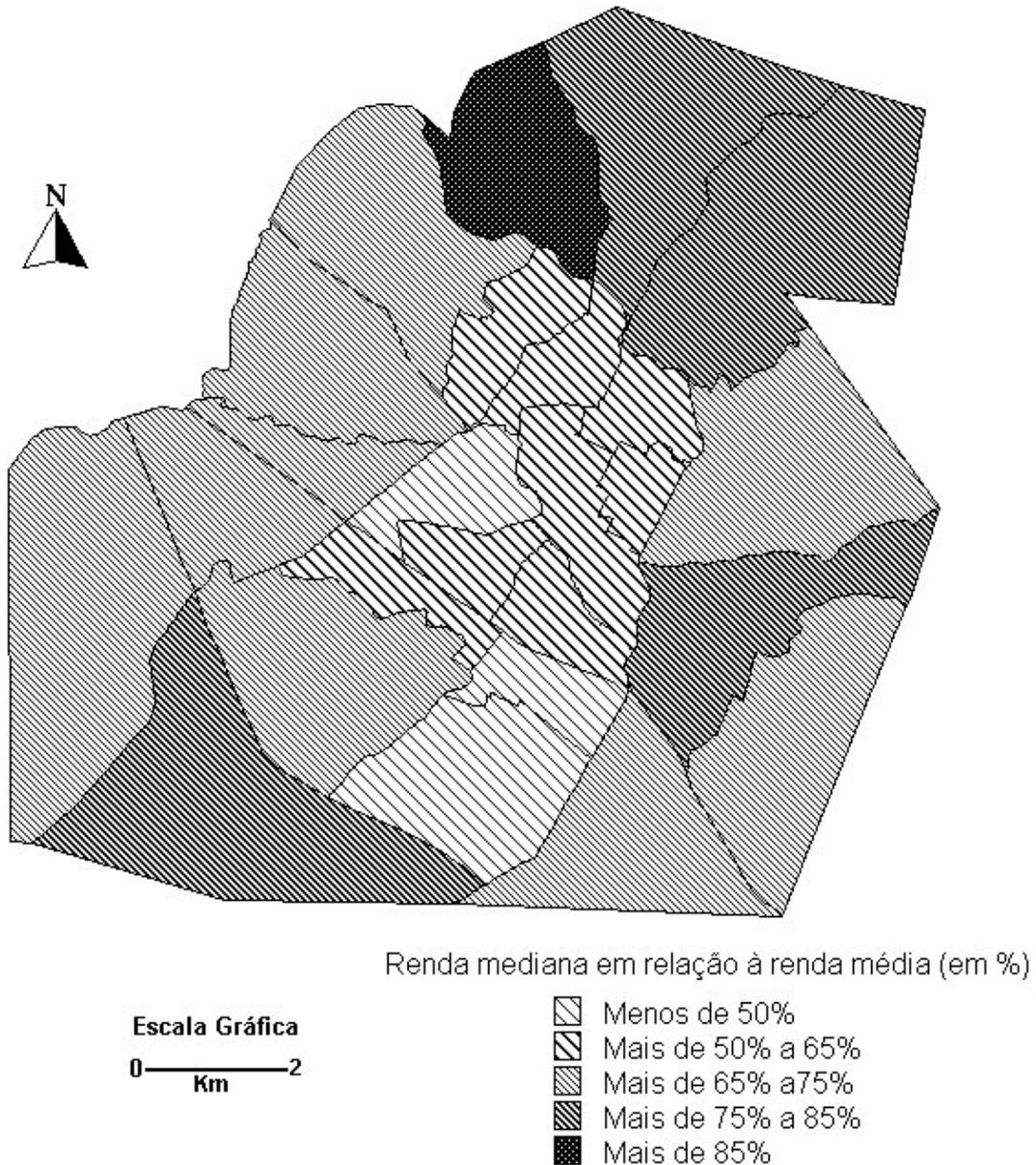
SIMESPP "Sistema de Informação e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas"

Presidente Prudente, fevereiro de 2003

simespp@prudente.unesp.br

<http://www.prudente.unesp.br/simespp.htm>

**Mapa 4** – Renda mediana em relação à renda média - 2000 (em%)



Fonte: Fonte: Censo IBGE 2000

Organizadores: Everaldo Melazzo, Júlio Ferreira e Vítor Miyazaki

SIMESPP "Sistema de Informação e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas"

Presidente Prudente, fevereiro de 2003

simespp@prudente.unesp.br

<http://www.prudente.unesp.br/simespp.htm>

Em 2000, a situação ganha novos contornos, de acordo com o Mapa 4. Apenas um pequeno setor (na zona norte) continua com as baixas diferenças entre as rendas e ampliam-se as áreas onde as diferenças são maiores. Mesmo assim, as menores diferenças (índices acima de 75%) quando são encontradas nos setores localizados ao norte, no extremo sul e em parte da porção leste. Já as maiores diferenças são alcançadas nos setores mais próximos ao centro da cidade (com índices inferiores a 65%), considerando apenas uma exceção, referente a um setor localizado na zona sul da cidade.

Percebe-se, assim, que entre 1991 e 2000 ocorre uma maior diferenciação entre os setores, indicando mais uma vez uma complexificação do espaço urbano, na medida em que áreas mais homogêneas antes, tornam-se mais heterogêneas e vice-versa. Mesmo reafirmando não ser o propósito deste texto analisar os fatores subjacentes a estes processos, é possível visualizar mudanças significativas em operação, no sentido de delimitar paulatinamente e cada vez mais o “espaço de cada um” no interior da cidade.

## 6. IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Os resultados obtidos até o momento pela investigação são bastante sugestivos a respeito dos processos da distribuição da renda pessoal, sua evolução nos anos 90 e a correspondente configuração espacial, ao analisá-la do ponto de vista intra-urbano.

Neste sentido, cabe avançar algumas questões a respeito destes resultados para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas sociais, uma vez que os atores/agentes que se movem neste espaço social, produzindo suas territorialidades, se deparam, como visto, com uma crescente desigualdade inter-setorial e com claras tendências à homogeneização intra-setorial.

Em primeiro lugar, ressalte-se a diferenciação do que poderíamos denominar, em um primeiro momento, de periferia. Este conceito, comumente encontrado na literatura associado à pobreza e às grandes distâncias sociais e espaciais adquire novos contornos. No caso em questão, a porção sul de Presidente Prudente chama a atenção para o fato de que esta periferia se qualificou como espaço de moradia de famílias de mais alta renda e, em um movimento estilizado, a porção norte se destinou às classes de menores rendimentos na cidade. Opostas geograficamente e opostas socialmente, estas áreas se homogeneízam internamente, exigindo a requalificação do conceito de periferia e seu emprego no momento do planejamento e da gestão urbana.

Um segundo ponto a ser evidenciado diz respeito à própria ampliação das desigualdades inter-setoriais. Este resultado demanda avaliações mais aprofundadas que cheguem a suas causas e o conhecimento mais preciso dos mecanismos aí subjacentes. Uma hipótese razoável (presente na literatura urbana) a ser perseguida em investigações futuras poderia lidar com os mecanismos de "produção simbólica" do espaço que, ao conferir qualidades diferentes aos lugares, implica na imputação diferencial de preços ao solo urbano, determinando a acessibilidade das famílias à habitação. Este processo, por sua vez, reforça as desigualdades espaciais na medida em que tende a criar degraus cada vez maiores entre uma área e outra, sendo que, possivelmente, políticas sociais implantadas seriam contrarrestadas pela própria dinâmica do mercado imobiliário.

Políticas públicas que tenham como norte o direito à cidade e princípios de maior justiça social devem lidar com esta realidade, não somente para evitar o aprofundamento destas desigualdades, mas reconhecendo que qualquer tipo de homogeneização espacial é segregador, devendo portanto combatê-las.

Nesta direção, surge uma terceira questão que diz respeito à mobilidade social e espacial de famílias e indivíduos. A questão a ser colocada é a investigação dos processos que individualmente ou de maneira articulada possibilitam estas mudanças ao longo do

tempo. Já foi dito que o mercado imobiliário "expulsa os pobres e redistribui os ricos", indicando que à mobilidade social corresponde também uma mobilidade espacial. Esta questão a ser investigada em análises futuras implica, de qualquer maneira, incorporar a preocupação no campo das políticas públicas.

Por fim, mas não menos importante, o fato de se assistir à formação de espaços cada vez mais homogêneos de populações de baixa renda indica a necessidade de um tratamento diferenciado por parte das políticas públicas. Esta necessidade não diz respeito apenas ao direcionamento e focalização de ações, mas sobretudo à intensidade e articulação que tais ações devam alcançar (o que está longe da realidade atual). Não bastaria, assim, um ou dois programas que lidem com questões parciais e que tentem aliviar determinadas situações agudas de pobreza e exclusão. Somente um *mix* de políticas públicas de diferentes naturezas capaz de impactar tais áreas, requalificando tais espaços, poderia reverter as tendências apontadas.

Do ponto de vista das políticas públicas, então, a investigação, até este momento sugere novos caminhos a serem percorridos.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a divulgação dos resultados de pesquisas parciais e mesmo do Censo 2000 do IBGE têm provocado um retomar do debate sobre a persistência, ao longo do tempo, de um extremo processo de concentração da renda no Brasil. Segundo o IBGE (1999) em sua Síntese de Indicadores Sociais, o 1% dos brasileiros mais ricos detém 13,8% da renda, enquanto os 50% mais pobres detém apenas 13,5% da renda. No mesmo sentido, aponta-se também que pelo menos 50% dos brasileiros auferem renda de até 2 salários mínimos, sem contar que as rendas oriundas do trabalho vêm apresentando tendência de queda.

Estes indicadores podem ganhar novas dimensões quando analisados no contexto de nossas cidades, uma vez que podem auxiliar a compreensão das dimensões espaciais urbanas que este debate pode e deve assumir.

Assim é que neste texto procurou-se apresentar alguns resultados básicos de uma investigação que vem sendo conduzida a respeito da distribuição da renda no interior do espaço urbano de Presidente Prudente, no âmbito de um projeto maior que procura mapear situações de exclusão social, diferenciando setores e áreas de localização dos diferentes segmentos da população e procurando contribuir para as investigações sobre as relações entre desigualdade da distribuição da renda, os processos de segregação espacial e as situações de exclusão social.

Reconhecendo ser ainda necessário um aprofundamento na análise dos resultados obtidos até o momento, é possível afirmar que entre 1991 e 2000 ocorreu uma maior diferenciação intra-urbana no que se refere à variável renda e que esta diferenciação aponta também para uma ampliação das distâncias sociais e espaciais de segmentos da população, ou seja, observa-se que a ampliação das distâncias sociais é acompanhada pela ampliação das distâncias espaciais entre estes diferentes segmentos sociais, sendo que cada vez mais a diferenciação tende a se transformar em segregação.

A lógica que comanda o lugar de cada um na cidade, redistribui a população apenas pelo critério da renda, ou seja, da capacidade de pagamento e acesso ao mercado da habitação. A conclusão possível neste momento é que, deixada ao comando único desta lógica, a cidade tem se transformado rapidamente e cada vez mais no espaço da segregação, fator não desprezível na conformação de intensas situações de exclusão social e que somente vigorosas políticas públicas poderão enfrentar tal realidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, A. B. *Exclusões sociais*. Lisboa: Gradiva, 2001.

SCOREL, S. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

GUIMARÃES, A. A., MELAZZO, E. S., GUIMARÃES, R. B. e MAGALDI, S. B. *A propósito do debate sobre exclusão social: aportes teóricos, escala local e indicadores sociais*. João Pessoa: XIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2002

HOFFMANN, R. *Distribuição de renda. Medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: Edusp, 1998.

HENRIQUES, R. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão)

MELAZZO, E. S., NASCIMENTO, R. M. e MAGALDI, S. B. *As dimensões socioeconômicas e demográficas das desigualdades em uma cidade média: a construção de um sistema de indicadores sociais*. João Pessoa: XIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2002

NASCIMENTO, R. M. e ANANIAS, J. E. Bibliografia sobre Presidente Prudente. In: SPOSITO, M. E. B. (org.) *Textos e contextos para uma leitura geográfica de uma cidade média*. Presidente Prudente [s.n.], 2001.

ROCHA, S. *Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão)

SPOSITO, M. E. B. (coord.) *Sistema de informação para tomada de decisão municipal*. Presidente Prudente: Unesp, 2000. (Relatório Final de Pesquisa FAPESP, Fase I).

\_\_\_\_\_ *Sistema de informação para tomada de decisão municipal*. Presidente Prudente: Unesp, 2000. (Relatório Parcial de Pesquisa FAPESP, Fase II).

SPOSITO, M. E. B. (org.) *Textos e contextos para uma leitura geográfica de uma cidade média*. Presidente Prudente [s.n.], 2001.